

Os parlamentares da Assembleia Legislativa do Estado (ALE-AM) aprovaram, ontem, a criação do Fundo de Proteção Previdenciária dos Militares (FPPM) e do Fundo Temporário (FTEMP). A proposta do governo do Estado foi apresentada pela deputada estadual Joana Darc (PL), na sessão plenária online.

A líder do governo explicou que a contratação de mais de 500 bombeiros militares, aprovados em um concurso de 2009, vai se tornar possível mediante a aprovação dos fundos. Joana Darc solicitou que o Projeto De Lei Complementar n° 04/2020, oriundo da Mensagem Governamental n° 42/2020, fosse discutido em regime de urgência.

A parlamentar acrescentou que a convocação dos bombeiros especializados em áreas da Saúde é muito importante para contribuir no combate ao covid-19 como reforço de mão de obra no Hospital Delphina Aziz. Além disso, a parlamentar justi-



Divulgação

Aprovados no concurso público do Corpo de Bombeiros de 2009 realizaram uma série de atos públicos em prol da convocação

ficou que os fundos vão ser usados para a folha de pagamento dos profissionais.

“Nesse momento, muito oportuno, eles (bombeiros) vão poder contribuir para a Saúde do nosso Estado. Eu fico feliz e acho muito importante que a

gente possa fazer essa aprovação do Fundo Previdenciário para possibilitar que esses guerreiros possam entrar na linha de frente da Saúde”, disse a parlamentar.

A convocação dos bombeiros também foi anunciada pelo vi-

ce-governador, Carlos Almeida (PTB), em uma live, onde justificou a criação dos fundos dizendo que a pandemia do novo coronavírus pode causar um ‘aperto’ da folha de pessoal.

O deputado estadual Serafim Corrêa (PSB) questionou o pro-

Salva mais

>>Profissionais

Entre os bombeiros militares do quadro de saúde estão pediatras, cardiologistas, ortopedistas, infectologistas, farmacêuticos, dentistas, enfermeiros e técnicos de enfermagem. A primeira ideia era que eles atuassem no Platão Araújo, que seria transformado em um hospital bombeiro militar para atender a população.

jeito de lei complementar dizendo que a matéria altera regras que envolvem os poderes Judiciário e Legislativos, além do

Tribunal de Costas do Estado (TCE-AM) e Ministério Público do Estado (MP-AM). O parlamentar criticou o projeto ao afirmar que no texto não se exige especialização dos profissionais convocados. Serafim, porém, votou favorável ao projeto.

“Precisamos ter cautela, pois mexe com outros poderes. Seria bom que os outros órgãos fos-

sem ouvidos. Eu não tenho notícia de eles tenham sido ouvidos. Então é aproveitar uma coisa que vai ser altamente produtiva para enxertar outra. É um projeto que já vem cheio de jabutis”, disse o deputado.

OUTROS PODERES

O deputado estadual Sinésio Campos (PT) afirmou que os outros parlamentares não tiveram tempo suficiente para analisar ou discutir a proposta. O parlamentar disse que a matéria chegou ao grupo dos parlamentares, durante a discussão plenária, e afirmou que a criação de um Fundo Previdenciário demanda mais tempo para diálogos.

“O inferno está cheio de bons intencionados. Eu entendo que a aprovação de um fundo, sem levar em consideração os poderes, é algo extremamente preocupante. E nós queremos que eles (bombeiros) sejam convocados, mas sou contrário a esse regime de urgência”, disse o parlamentar.